

STENIUS

ESPECIALISTA
EM RESULTADO

JUÍZO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAÇU – GOIÁS

Dra. Maria Clara Merheb Gonçalves Andrade

Juíza de Direito

RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES
ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

TRANSPORTADORA RODRIGUES LTDA

CNPJ/MF n.º 35.734.421/0001-20

DEZEMBRO DE 2025

Av. Olinda, 960, Park Lozandes,
Trade Tower, Conj. 1704, Goiânia-GO | CEP 74884-120 | (62) 2020-2475
contato@stenius.com.br | www.stenius.com.br

(62) 99991-7379
(62) 99147-3559

stenius.go
stenius.go

1 de 33

Valor: R\$ 100,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Processo de Conhecimento -> Procedimento de Conhecimento -> Procedimentos Especiais -> Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esp
CAÇU - VARA CÍVEL
Usuário: MARIANA MENDONÇA RIBEIRO - Data: 17/08/2026 10:52:56

AO JUÍZO DA VARA CÍVEL DA COMARCA DE CAÇU – GOIÁS

Valor: R\$ 100,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Processo de Conhecimento -> Procedimento de Conhecimento -> Procedimentos Especiais -> Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esp
CAÇU - VARA CÍVEL
Usuário: MARIANA MENDONÇA RIBEIRO - Data: 17/08/2026 10:52:56

Ação: Recuperação Judicial

Processo nº: 5595380-76.2024.8.09.0021

Incidente n.º: 6046568-43.2024.8.09.0021

Requerente: TRANSPORTADORA RODRIGUES LTDA (em recuperação judicial)

CINCOS CONSULTORIA ORGANIZACIONAL LTDA, por seu representante legal STENIUS LACERDA BASTOS, ambos já devidamente qualificados nos presentes autos de RECUPERAÇÃO JUDICIAL da empresa TRANSPORTADORA RODRIGUES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 35.734.421/0001-20, com sede localizada na Rua João Batista Gama, nº 599, Jardim Aguiar, Sala 02, Caçu/GO, CEP: 75.813-000, em tramitação nessa vara cível, vem, à ilustre presença de Vossa Excelência, em atendimento ao art. 22, inciso II, letra “c”, da Lei de Recuperação Judicial e Extrajudicial e de Falência – LRJ (Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005) e às determinações contidas na decisão de movimentação n.º 6, apresentar o Relatório da Administração Judicial, conforme segue:

SUMÁRIO

1. DEFINIÇÕES E REGRAS DE INTERPRETAÇÃO..... 4

2. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES..... 8

3. CONSTATAÇÕES DA TRANSPORTADORA RODRIGUES LTDA 10

5. DAS PROVIDÊNCIAS PROCESSUAIS 14

6. DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL..... 22

7. RECOMENDAÇÃO N.º 72, DE 19 DE AGOSTO DE 2020, DO CNJ 24

8. FATO RELEVANTE CORRELACIONADO AO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL 28

 8.1. Do Acompanhamento das Determinações do Juízo 28

 8.2. Do Atraso nas Contas Demonstrativas..... 28

 8.3. Das Pendências de Exame e Averiguações Pelo Juízo 30

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 32

Valor: R\$ 100,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Processo de Conhecimento -> Procedimentos Especiais -> Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esp
CACU - VARA CÍVEL
Usuário: MARIANA MENDONÇA RIBEIRO - Data: 17/08/2026 10:52:56



1. DEFINIÇÕES E REGRAS DE INTERPRETAÇÃO

Os termos e expressões abaixo especificados e conceituados, sempre que utilizados neste Relatório Mensal de Atividades, têm os respectivos significados de entendimento e compreensão neles indicados.

Tais termos definidos serão utilizados, conforme apropriado e aplicável, na sua forma singular ou plural, no gênero masculino ou feminino, sem que, com isso, percam o significado que lhes é atribuído.

I. “Administração Judicial”, “Administradora Judicial” e/ou “AJ”: é a 5S STENIUS CONSULTORIA ORGANIZACIONAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 19.688.356/0001-98, na pessoa do profissional responsável STENIUS LACERDA BASTOS, inscrito no CPF nº 438.917.211-53, estabelecida na Avenida Olinda, nº 960, Conj. 1.704 – Park Lozandes, CEP 74.884-120, Goiânia/GO, telefones (62) 2020.2475, (62) 99991-7379 e (62) 99147-3559 e e-mail cincos@stenius.com.br, inscrita no Banco de Administradores Judiciais da Corregedoria Geral da Justiça de Goiás;

II. “Aprovação do Plano”: é a aprovação do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) pelos Credores Concursais da devedora reunidos na Assembleia de Credores designada para deliberar sobre ele ou, subsidiariamente, pelo Termo de Adesão (art. 56-A, da Lei nº 11.101/2005) ou, ainda, nas demais formas previstas na legislação regente que impliquem no conceito equivalente. Para os efeitos, considera-se que a Aprovação do PRJ ocorre na data da Assembleia de Credores em que ocorrer a votação do Plano ou, alternativamente, na data do protocolo dos Termos de Adesão, desde que seja posteriormente homologado judicialmente nos termos do artigo 58, da LFR;

III. “Assembleia de Credores” e/ou “AGC”: é qualquer assembleia geral de credores da devedora, realizada no âmbito desta Recuperação Judicial, nos termos do Capítulo II, Seção IV, da LFR;



IV. “Créditos Concursais”: são os Créditos Trabalhistas, Créditos com Garantia Real, Créditos Quirografários e Créditos ME/EPP e demais Créditos sujeitos à Recuperação Judicial e que, em razão disso, podem ser reestruturados pelo PRJ, nos termos da LFR, incluindo eventuais Créditos que sejam reconhecidos como sujeitos à Recuperação Judicial no âmbito dos incidentes processuais de habilitações ou impugnações de crédito;

V. “Créditos Extraconcursais”: são os Créditos detidos contra a devedora: (i) cujo fato gerador seja posterior à Data do Pedido; (ii) derivados de contratos celebrados até a Data do Pedido que não se sujeitam aos efeitos deste Plano, de acordo com o art. 49, §§ 3º e 4º, da LFR, tais como, alienações fiduciárias em garantia, cessões fiduciárias em garantia ou contratos de arrendamento mercantil; (iii) outros Créditos não sujeitos à Recuperação Judicial, nos termos da LFR; ou, ainda, (iv) Créditos reconhecidos como extraconcursais no âmbito de impugnações de crédito. No que diz respeito a Créditos garantidos por alienação fiduciária ou cessão fiduciária nos termos deste item (ii), o saldo residual do Crédito após eventual excussão ou integral monetização da respectiva garantia, não está incluído, para todos os fins, na definição de Créditos Extraconcursais e receberá o tratamento conferido aos Créditos Quirografários;

VI. “Credores”: são as pessoas físicas ou jurídicas detentoras de Créditos, estejam ou não sujeitos aos efeitos do Plano, estejam ou não relacionadas na Lista de Credores;

VII. “Credores Concursais”: são os titulares de Créditos Concursais;

VIII. “Credores Extraconcursais”: são os titulares de Créditos Extraconcursais;

IX. “Data do Pedido”: é o dia 18 de junho de 2024, data em que o pedido de recuperação judicial da devedora foi ajuizado;

X. “Homologação Judicial do Plano”: é a decisão judicial proferida pelo Juízo da Recuperação Judicial que homologa o Plano e, conseqüentemente, concede a Recuperação Judicial, nos termos do artigo 58, caput e/ou §1º da LFR;

XI. “Juízo da Recuperação Judicial”: é o Juízo da Vara Cível da Comarca de Caçu, Estado de Goiás;

XII. “LFR” ou “LRJ”: é a Lei n.º 11.101/2005, incluídas as alterações operadas pela Lei n.º 14.112/2020;

XIII. “Lista de Credores” ou “Relação de Credores”: é a lista de credores apresentada pela devedora em anexo a inicial postulatória do pedido de recuperação judicial, respeitadas e observadas as eventuais modificações supervenientes operadas, quanto ao valor, classificação e natureza dos Créditos, pela Administração Judicial (art. 7º, § 2º, LRF) ou, inclusive, por decisão, transitada em julgado, proferida pelo Juízo da Recuperação nos Incidentes de Habilitação ou Impugnação de Crédito, que reconhecerem novos Créditos Concursais ou alterarem a legitimidade, classificação ou o valor de Créditos Concursais já reconhecidos;

XIV. “Plano” ou “PRJ”: Plano de Recuperação Judicial apresentado pela devedora, incluindo-se, mas não se limitando, aos anexos, eventuais aditivos e/ou modificativos de seus termos;

XV. “Recuperação Judicial”: processo de Recuperação Judicial ajuizado pela devedora em 18 de junho de 2024, distribuído à Vara Cível da Comarca de Caçu/GO e em tramite sob o n.º 5595380–76.2024.8.09.0021; e

XVI. “Devedora”: é referência à empresa requerente do processamento da recuperação judicial.

As referências a disposições legais e as leis devem ser interpretadas como referências a essas disposições tais como vigentes nesta data ou em data que seja especificamente determinada pelo contexto.

Valor: R\$ 100,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Processo de Conhecimento -> Procedimentos Especiais -> Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esp
CACU - VARA CÍVEL
Usuário: MARIANA MENDONÇA RIBEIRO - Data: 17/08/2026 10:52:56

2. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Trata-se de relatório mensal de acompanhamento das atividades empresariais desenvolvidas pela empresa **TRANSPORTADORA RODRIGUES LTDA** (*em recuperação judicial*), cujas diretrizes e o escopo se destinam ao acompanhamento das atividades empresariais desenvolvidas pela devedora e por intermédio do qual se circunscrevem os estudos, exames e averiguações realizadas por essa Administração Judicial, segmentadas nas seguintes premissas: (i) análise da situação econômico-financeira; (ii) acompanhamento da preservação e manutenção das atividades empresariais; e (iii) fiscalização das condições e atendimento aos pressupostos legais estatuídos na Lei n.º 11.101/2005.

Cientificados dessas premissas, cumpre-nos esclarecer e frisar que as análises e constatações encartadas nesse boletim, frise-se: com enfoques de acompanhamento e fiscalização das atividades empresariais, nos termos da legislação de regência, materializam-se, neste momento, com espeque e fundamento nas informações, dados e documentos municiados em atendimento as rotinas de trabalho e fluxogramação de informações estabelecidas entre a empresa **TRANSPORTADORA RODRIGUES LTDA** e essa Administração Judicial.

A complexidade que permeia a presente matéria, pelo elevado volume, extensão e dinamismo nas quais se desenvolvem as atuações comerciais e empresariais, com dados, características e dinâmicas peculiares, remetem a necessária recorrência revisional e acurada dos estudos nas averiguações de veracidade e conformidade das informações muniçadas pela devedora, que ocorrerão durante todo o período de execução e supervisionamento deste Auxiliar do Juízo.

Assim, o presente relatório da Administração Judicial tem o fito de bem transparecer a este Juízo, Ministério Público, Credores e demais interessados a atual situação em que se encontra o grupo empresarial em recuperação judicial e, por isso, carrega importante e volumosa carga histórica de dados e informações de diversas

naturezas e vieses da devedora, com a apresentação de indicadores contábeis e desempenhos operacionais/empresarias com alcances e panoramas que analisam e demonstram em diversos flancos.

Convém, por fim, destacar que a responsabilidade pela confecção e elaboração dos dados, informações e documentos disponibilizados, bem como sua exatidão, veracidade e integridade, são circunscritas à devedora, sendo que os exames e averiguações, adiante reportados, foram efetuados e elaborados sem qualquer juízo de valor.

À oportunidade, registramos ainda que todas as principais informações correlatas ao procedimento recuperacional da empresa **TRANSPORTADORA RODRIGUES LTDA** (*em recuperação judicial*) poderão, também, ser obtidas integralmente no sítio eletrônico desta Administração Judicial (www.stenius.com.br) ou pelos canais eletrônicos estabelecidos (assessoriacincos@stenius.com.br ou cincos@stenius.com.br) ou, ainda, por meio dos telefones e aplicativos WhatsApp (62) 2020-2475 ou (62) 99991-7379 e, assim, concorrer na ampla divulgação desse processamento recuperacional, principalmente, aos credores que atualmente figuram no quadro de credores concursais, bem como aos leigos, em cumprimento ao que preleciona o art. 22, inciso I, alíneas “k” e “l”, bem como ao disposto no art. 189 do CPC, incidente na espécie por força do art. 189 do citado diploma regimentar.

Valor: R\$ 100,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Processo de Conhecimento -> Procedimento de Conhecimento -> Procedimentos Especiais -> Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esp
CACU - VARA CÍVEL
Usuário: MARIANA MENDONÇA RIBEIRO - Data: 17/08/2026 10:52:56

3. CONSTATAÇÕES DA TRANSPORTADORA RODRIGUES LTDA

Preambularmente, é relevante relatar que, após minucioso cotejamento dos documentos jungidos a inicial postulatória e análise dos documentos encaminhados pela devedora, constatou-se que a empresa TRANSPORTADORA RODRIGUES LTDA (em recuperação judicial) é composto por 01 (uma) empresa e, inclusive, examinando as informações correlacionadas na Junta Comercial do Estado de Goiás, sintetizadas a partir da Certidão Simplificada apresentada, verificou-se que a devedora possui unidade estabelecida na seguinte localidade e as seguintes atividades econômicas declaradas, conforme a seguir relacionado:

1) TRANSPORTADORA RODRIGUES LTDA (CNPJ 35.734.421/0001-20):

situada na Rua João Batista Gama, nº 599, Jardim Aguiar, Sala 02, Caçu/GO, CEP: 75.813-000;

- a) Atividade principal: 49.30-2-02 – Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; e
- b) Atividade secundária: 49.30-2-01 – Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.

Do exame da documentação suso referenciada, foi constatado, ainda, que a sociedade empresarial requerente do processamento da recuperação judicial é organizada/estruturada na seguinte formação, a saber:

ORD.	EMPRESA	CNPJ	CAPITAL SOCIAL	N.º DE COTAS DA EMPRESA	SÓCIOS/DIRETORES/ADMINISTRADORES				
					Nome	Função/Participação	N.º de Cotas	Participação R\$	Participação %
1	TRANSPORTADORA RODRIGUES LTDA	35.734.421/0001-20	R\$ 100.000,00	100.000	ANDERSON DE JESUS RODRIGUES	Sócio-Administrador	100.000	R\$ 100.000,00	100%

Por fim, destaca-se também que, até o protocolo deste boletim, a devedora não comunicou (i) a alteração da atividade empresarial; (ii) da estrutura societária e dos órgãos de administração; ou, tampouco, (iii) se foram efetivadas a abertura ou encerramento de algum dos estabelecimentos mantidos.

4. PROCESSAMENTO E CRONOGRAMA DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Conforme se verifica do compulsu aos autos, a devedora propugnou pelo processamento da recuperação judicial, sobrevivendo, após, a decisão de deferimento do processamento recuperacional proferida na data de 21 de junho de 2024 (movimentação n.º 06), com publicação em 25 de junho de 2024.

Tão logo tomou-se conhecimento de sua nomeação, este subscrevente comunicou o aceite do encargo (movimentação n.º 12) e, assinalou o termo de compromisso em 05 de julho de 2024, que se encontra jungido a este procedimento na movimentação n.º 17 e adiante espelhado:

Processo: 5595380-76.2024.8.09.0021

Av. Clarice Machado Guimarães nº 1.650 – Morada dos Sonhos – Capu-GO-CEP – 75813000
Fones – (64) 3656-1142 e 3656-1824

TERMO DE ADMINISTRADOR JUDICIAL

Processo nº:5595380-76.2024.8.09.0021

Ação: PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Processo de Conhecimento -> Procedimento de Conhecimento -> Procedimentos Especiais -> Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos -> Recuperação Judicial

Promovente: Transportadora Rodrigues Ltda

Promovido: Scania Banco Sa

Data: 3 de julho de 2024.

Hora: 17:12:18.

COMPROMISSADO: CINCO CONSULTORIA ORGANIZACIONAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.688.356/0001-98, neste ato representado por seu sócio proprietário STENIUS LACERDA BASTOS, brasileiro, divorciado, administrador, portador da CI nº 1442586 – SSP/GO e CPF nº 438.917.211-53, estabelecido na Av. Olinda, nº 960 Park Lozandes, Trade Tower, Conj. 1704, em Goiânia - GO, 74884-120.

ENCARGO: ADMINISTRADOR JUDICIAL - Transportadora Rodrigues Ltda - CNPJ Nº 35.734.421/0001-20.

Na data acima, compareceu o(a) compromissado(a) supraqualificado(a), a que, pela MMª Juíza foi deferido o compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções do encargo que acima se vê. Aceito, prometeu exercê-lo na forma da lei. Nada mais, eu _____ (Vanessa Palazzo Borges Severino), Analista Judiciário, digitei.

Capu, 3 de julho de 2024.

MARIA CLARA MERHEB GONÇALVES ANDRADE
JUÍZA DE DIREITO

STENIUS LACERDA BASTOS-43891721153 | Registro de Firma Digital nº 17705214-43891721153
Data: 2024.07.03 17:12:18

Administrador Judicial

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 31/12/2025 18:14:58
Assinado por 5S STENIUS CONSULTORIA ORGANIZACIONAL LTDA:19688356000198
Localizar pelo código: 109687685432563873725164311, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p

Contra a decisão de deferimento do processamento da recuperação judicial não foram interpostos recursos de agravo de instrumento, tendo sido alcançada pela coisa julgada.

Relevante destacar também que foi publicada a 2ª Relação de Credores em 16 de setembro de 2024 (movimentação n.º 34).

Convém, registrar ainda, que o Plano de Recuperação Judicial foi apresentado, em 18 de setembro de 2024, na movimentação n.º 35, ocasião na qual sobrevieram objeções apresentadas pelos credores.

O Aviso de Recebimento do Plano de Recuperação Judicial foi publicado em 26 de março de 2025, tendo, assim, o prazo para que os credores apresentassem suas objeções ao PRJ se esgotado em 25 de abril de 2025.

Nesse sentido, esta Administração Judicial cuidou de requerer a convocação da assembleia geral de credores, sugerindo as seguintes datas para realização do conclave, na modalidade virtual: 14 e 21/10/2025, em 1ª e 2ª convocação respectivamente.

O edital de convocação foi expedido na movimentação n.º 89, nas datas acima mencionadas, entretanto, verificou-se equívoco na identificação dos devedores, razão pela qual, na movimentação n.º 91, foi apresentado novo edital, corrigindo o erro material verificado, publicado em 24/09/2025 no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, edição nº 4283 – Seção III.

Neste sentido, foi realizada em 1ª convocação no dia 14/10/2025, às 14h, a qual não foi instalada em razão da ausência do quórum legal previsto.

A Assembleia Geral de Credores foi realizada em segunda convocação, no dia 21 de outubro de 2025, às 14h. Uma vez instalada, restou deliberado e aprovado pelos credores presentes a suspensão da sessão para a data de 15 de dezembro de 2025.

Com base nas publicações realizadas e previsão legal na lei de regência, tem-se o seguinte cronograma de atos e providências para este procedimento:

Data Prevista	Data da Ocorrência	EVENTO	Mov.	Lei nº 11.101/05
18/06/2024	18/06/2024	Distribuição do pedido de RJ	1	
21/06/2024	21/06/2024	Deferimento do Processamento RJ	06	Art. 52
25/06/2024	25/06/2024	Publicação do Deferimento do Processamento da RJ		

STENIUS

ESPECIALISTA
EM RESULTADO

09/07/2024	09/07/2024	Termo de Compromisso da Administração Judicial	17	Art. 33
18/07/2024	18/07/2024	Publicação do Edital de Convocação de Credores	22	Art. 52, § 1º
02/08/2024	02/08/2024	Prazo Fatal para apresentação das Habilitações/Divergências administrativas		Art. 7º, § 1º
26/08/2024	18/09/2024	Prazo fatal para apresentação do Plano de Recuperação Judicial	35	Art. 53
18/09/2024	18/09/2024	Prazo fatal para apresentação da Relação de Credores do AJ e Aviso de Recebimento do PRJ	35	Art. 7º, § 2º
26/09/2024	26/09/2024	Prazo fatal para apresentação das Impugnações Judiciais	-	Art. 8º
26/03/2025	26/03/2025	Publicação do Edital: Aviso do Plano	56	
25/04/2025	25/04/2025	Prazo fatal para apresentação de objeções ao Plano de Recuperação Judicial	-	Art. 55
18/11/2024	18/11/2024	Prazo para realização da AGC		Art. 56, § 1º
24/09/2025	24/09/2025	Publicação do Edital: Convocação AGC	93	Art. 36
14/10/2025	14/10/2025	Assembleia Geral de Credores – 1ª Convocação	99	Art. 37
21/10/2025	21/10/2025	Assembleia Geral de Credores – 2ª Convocação	100	Art. 37
15/12/2025		Assembleia Geral de Credores – continuidade 2ª Convocação		
23/01/2025	23/01/2025	Encerramento do Período de Suspensão		Art. 6º, § 4º
		Outros (constatação prévia / outras assembleias / etc.)		

Reputa-se relevante destacar, nesta oportunidade, que a contagem de prazo foi realizada em consonância com as disposições estatuídas no art. 189, caput e § 1º, inciso I, da Lei n.º 11.101/2005 e arts. 220 e 224, § 1º, do CPC.

Valor: R\$ 100,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Processo de Conhecimento -> Procedimentos Especiais -> Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esp
CACU - VARA CÍVEL
Usuário: MARIANA MENDONÇA RIBEIRO - Data: 17/08/2026 10:52:56

Em cumprimento ao disposto no art. 52, § 1º, da Lei n.º 11.101/2005, foi publicado o 1º edital da recuperação judicial com (i) o resumo do pedido e da decisão que deferiu o processamento; (ii) relação nominal de credores; e (iii) a advertência acerca dos prazos, no Diário de Justiça Eletrônico do TGJO edição n.º 3993, Seção III-A, em 18/07/2024, conforme se verifica no movimento n.º 22 e abaixo espelhado:

Av. Olinda, 960, Park Lozandes,
Trade Tower, Conj. 1704, Goiânia-GO | CEP 74884-120 | (62) 2020-2475
contato@stenius.com.br | www.stenius.com.br



RESUMO		
Classe III		
Valor da 1º Relação de Credores	R\$	3.713.224,66
Valor da 2º Relação de Credores	R\$	3.064.462,72
Diferença	-R\$	648.761,94
Quantidade 1º Relação de Credores		3
Quantidade 2º Relação de Credores		3
Diferença		0
CONSOLIDADA		
Valor da 1º Relação de Credores	R\$	3.713.224,66
Valor da 2º Relação de Credores	R\$	3.064.462,72
Diferença	-R\$	648.761,94
Quantidade 1º Relação de Credores		3
Quantidade 2º Relação de Credores		3
Diferença		0

Relevante registrar, que o Plano de Recuperação Judicial foi apresentado, em 18 de setembro de 2024, na movimentação n.º 35, ocasião na qual sobrevieram objeções apresentadas pelos credores (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – movimentação n.º 39, ESCANIA BANCO S/A – movimentação n.º 40, BANCO WOLKSWAGEN S/A – movimentações n.º 41 e 57).

O Aviso de Recebimento do Plano de Recuperação Judicial foi publicado para que os credores apresentassem suas objeções ao PRJ se esgotou em 25 de abril de 2025.

PODER JUDICIÁRIO Tribunal de Justiça do Estado de Goiás <i>Tribuna da Cidadania</i> PODER JUDICIÁRIO - COMARCA DE CAÇU Escrivania de Família e Sucessões, Infância e Juventude e Cível Av. Clarice Machado Guimarães nº 1.650 – Morada dos Sonhos – Caçu-GO- CEP – 75813000 – Fones – (64) 3656-1142 e 3656-1824 e-mail: varacivelcacu@tjgo.jus.br balcão virtual: https://wa.me/message/KDHOCQBGG3YHPL1 e https://lcall.whatsapp.com/video/cf38607fdXGDCN81UXPpDl EDITAL AVISO AOS CREDORES SOBRE RECEBIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL Ação: PROCESSO CIVIL E DO TRABALHO -> Processo de Conhecimento -> Procedimento de Conhecimento -> Procedimentos Especiais -> Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos -> Recuperação Judicial Processo nº: 5595380-76.2024.8.09.0021 Reconrentes(s): Transportadora Rodrigues Ltda (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) Recordado(s): Caixa Econômica Federal e outros. EDITAL - AVISO SOBRE O PLANO DE RECUPERAÇÃO APRESENTADO [art. 53, p. único da Lei 11.101/05] com prazo de 30 dias para objeção ao plano [art. 55, "caput", da Lei 11.101/05], expedido nos autos da Ação de Recuperação Judicial – Processo nº 5595380-76.2024.8.09.0021 A Doutora MARIA CLARA MERHEB GONÇALVES ANDRADE, Juíza de Direito da Vara Cível da Comarca de Caçu, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 55 da Lei n.º 11.101/2005, FAZ SABER que Transportadora Rodrigues Ltda (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL) (em recuperação judicial), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.734.421/0001-20, com sede localizada na Rua João Batista Gama, n.º 599, Centro, Sala 02, Caçu/GO, CEP 75.813-000, apresentou o Plano de Recuperação Judicial que se encontra juntado na movimentação n.º 35 dos autos, INFORMO, ainda, que nos termos do art. 53, parágrafo único, da Lei n.º 11.101/2005, FIXO o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste edital, para a manifestação de eventuais objeções. ADVERTÊNCIA: É para que terceiros não venham, no futuro, alegar ignorância passou-se o presente edital que será publicado e afixado no lugar de costume, na forma da Lei. Caçu, aos 18 de março de 2025. Eu, _____, (Vanessa Palazzo Borges Severino), Analista Judiciário, que digitei e subscrevi. Caçu, 18 de março de 2025.	Publicação: terça-feira, 25/03/2025 MARIA CLARA MERHEB GONÇALVES ANDRADE <i>Juíza de Direito</i> Publicação: quarta-feira, 25/03/2025
--	--



ESPECIALISTA
EM RESULTADO

O edital de convocação foi expedido na movimentação n.º 92, nas datas acima sugeridas, publicado em 24/09/2025 no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, edição nº 4283– Seção II, observa-se:



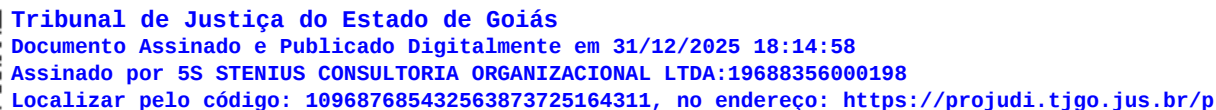
 [stenius.go](https://www.instagram.com/stenius.go)
 [stenius.go](https://www.facebook.com/stenius.go)

ESPECIALISTA
EM RESULTADO



19 de 33

 [stenius.go](https://www.instagram.com/stenius.go)
 [stenius.go](https://www.facebook.com/stenius.go)



20 de 33

 **Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 31/12/2025 18:14:58
Assinado por 5S STENIUS CONSULTORIA ORGANIZACIONAL LTDA:19688356000198
Localizar pelo código: 109687685432563873725164311, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/p>

ESPECIALISTA
EM RESULTADO

Assim, aguarda-se a realização da continuidade da 2ª convocação da Assembleia Geral de Credores, para a deliberação da aprovação (ou não) do Plano de Recuperação Judicial.



6. DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

Instruindo o presente relatório mensal, a empresa **TRANSPORTADORA RODRIGUES LTDA** informou que realiza sua escrituração contábil de forma externa, tendo como responsável técnico pelos dados contábeis o contador CLÊNIO SOUZA CARVALHO, inscrito no CRC GO-4.777.

Ocorre que, nos meses de maio, junho, julho, agosto e setembro de 2025, a devedora quedou-se inerte em fornecer os documentos padronizados no prazo estabelecido, o que motivou o envio dos seguintes Termos de Diligência: 14º (anexo ao 6º RMA), 15º (anexo ao 7º RMA), 16º (anexo ao 8º RMA), 17º (anexo ao 10º RMA) e 20º anexo neste boletim, por intermédio do qual foi requerido a imediata apresentação dos dados no prazo de 24h (vinte e quatro horas), sob pena de imediata comunicação ao juízo para as providências cabíveis.

Outrossim, convém registrar que, até a conclusão deste boletim, a devedora não forneceu a sua prestação de contas mensal concernente as atividades desenvolvidas nos meses de abril a setembro de 2025, estando, desta forma, prejudicado os naturais e habituais estudos encartados neste boletim.

Neste sentido, em diligência efetivamente realizada com o objetivo de requisitar a documentação contábil pendente, este Administrador Judicial encaminhou aos devedores o 20º Termo de Diligência, por meio do qual foi solicitada a imediata apresentação dos dados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. Todavia, até a data de protocolo do presente boletim, a referida solicitação não foi atendida, vejamos a documentação mencionada:

STENIUS

ESPECIALISTA
EM RESULTADO

Goiânia/GO, 14 de outubro de 2025.

Ao Ilmo.
Sr. ANDERSON DE JESUS DA COSTA
Sócio administrador da empresa TRANSPORTADORA RODRIGUES LTDA
Caçu-Goiás

ASSUNTO: 20º TERMO DE DILIGÊNCIA

Prezado Senhor,

No exercício das atribuições como Administrador Judicial nomeado na decisão de evento 6 proferida nos autos nº 5595380-76.2024.8.09.0021, referente a Recuperação Judicial da empresa **TRANSPORTADORA RODRIGUES LTDA**, em trâmite na Vara Cível da Comarca de Caçu - GO e nos termos do artigo 22, inciso I, alínea "d" e inciso II, alínea "a", da Lei nº 11.101/2005, **REQUEIRO** as seguintes informações e documentos, **referente ao mês de setembro de 2025:**

Av. OLINDA, 960, PARK LOZANDES,
Trade Tower, Conj. 1704, Goiânia-GO | CEP 74884-120 | (62) 2020-2475
contato@stenius.com.br | www.stenius.com.br

☎ (62) 99991-7379
☎ (62) 99147-3559

stenius.go

1 de 4

STENIUS

ESPECIALISTA
EM RESULTADO

1. O balanço patrimonial, balancetes mensais e demonstrações de resultados;
2. Os indicadores apontados no 1º termo de diligência;
3. A planilha já disponibilizada, preenchida e atualizada, referente a dados contábeis requestados; e
4. Os relatórios de atividades mensais das empresas (prestações de contas - art. 52, inciso IV, da LRF.

Ressalto, novamente, que a Lei nº 11.101/2005, de 9 de fevereiro de 2005, assim dispõe sobre a possibilidade de exigência de documentos e informações pelo Administrador Judicial e a obrigatoriedade do fornecimento pelo devedor, com as consequências legais decorrentes diante da negativa de informações:

[...]
Art. 22. Ao administrador judicial compete, sob a fiscalização do juiz e do Comitê, além de outros deveres que esta Lei lhe impõe:
I - na recuperação judicial e na falência
...
d) exigir dos credores, do devedor ou seus administradores quaisquer informações;
...
II - na recuperação judicial:
...
v) apresentar, ao juiz, para juntada aos autos, relatório mensal das atividades do devedor, fiscalizando a veracidade e a conformidade das informações prestadas pelo devedor;
...
vi) apresentar, para juntada aos autos, e publicar no endereço eletrônico específico

Av. OLINDA, 960, PARK LOZANDES,
Trade Tower, Conj. 1704, Goiânia-GO | CEP 74884-120 | (62) 2020-2475
contato@stenius.com.br | www.stenius.com.br

☎ (62) 99991-7379
☎ (62) 99147-3559

stenius.go

2 de 4

STENIUS

ESPECIALISTA
EM RESULTADO

relatório mensal das atividades do devedor, e relatório sobre o plano de recuperação judicial, no prazo de até 15 (quinze) dias contado da apresentação do plano, fiscalizando a veracidade e a conformidade das informações prestadas pelo devedor, além de informar eventual ocorrência das condutas previstas no art. 64 desta Lei;

[...]
Art. 64. Durante o procedimento de recuperação judicial, o devedor ou seus administradores serão mantidos na condução da atividade empresarial, sob fiscalização do Comitê, se houver, e do administrador judicial, salvo se qualquer deles:
...
V - Negar-se a prestar informações solicitadas pelo administrador judicial ou pelos demais membros do Comitê;
...
Parágrafo único. Verificada qualquer das hipóteses do caput deste artigo, o juiz destituirá o administrador, que será substituído na forma prevista nos atos constitutivos do devedor ou do plano de recuperação judicial.
[...]

Dessa forma, conforme já advertido, com objetivo de estabelecermos a regularidade na condução deste procedimento recuperacional, sem intercorrências indesejáveis e não salutares para o próprio devedor e, ainda, com o intuito de averiguar a eventual superação da situação real da falada crise econômico-financeira, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica, conforme estabelecido no artigo 47 do referido diploma legal, bem como o acompanhamento do cumprimento do Plano de Recuperação Judicial,

Av. OLINDA, 960, PARK LOZANDES,
Trade Tower, Conj. 1704, Goiânia-GO | CEP 74884-120 | (62) 2020-2475
contato@stenius.com.br | www.stenius.com.br

☎ (62) 99991-7379
☎ (62) 99147-3559

stenius.go

3 de 4

STENIUS

ESPECIALISTA
EM RESULTADO

solicitamos e alertamos que as informações acima requestadas e todas as demais que se fizerem necessárias, sejam apresentadas na forma e prazo estabelecidos.

Por fim, esclareço que esta documentação ora requerida deverá ser remetida, impreterivelmente, **no prazo de até 24hs (vinte e quatro horas), ou seja, até o dia 16/10/2025**, sendo os documentos em formato pdf, os textos em formato doc e as planilhas eletrônicas em formato xls, todos editáveis, visando a elaboração do Relatório Mensal a ser apresentado ao Juízo, Ministério Público e credores, **juntamente, inclusive, com os referidos documentos e informações requestadas por intermédio dos Termos de Diligência anteriormente encaminhados.**

Quaisquer informações complementares poderão ser obtidas pelos telefones: (62) 2020-2475/(62) 99991-7379, e/ou pelos endereços eletrônicos (e-mails): controller@stenius.com.br/cincos@stenius.com.br.

Atenciosamente,

ESTRUTURA CONSULTORIA ORGANIZACIONAL
LTDA - ME (EMPRESA) 04

CINCO CONSULTORIA ORGANIZACIONAL LTDA
STENIUS LACERDA BASTOS
Administrador Judicial

Av. OLINDA, 960, PARK LOZANDES,
Trade Tower, Conj. 1704, Goiânia-GO | CEP 74884-120 | (62) 2020-2475
contato@stenius.com.br | www.stenius.com.br

☎ (62) 99991-7379
☎ (62) 99147-3559

stenius.go

4 de 4

Av. Olinda, 960, Park Lozandes,
Trade Tower, Conj. 1704, Goiânia-GO | CEP 74884-120 | (62) 2020-2475
contato@stenius.com.br | www.stenius.com.br

☎ (62) 99991-7379
☎ (62) 99147-3559

stenius.go
stenius.go

23 de 33

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 31/12/2025 18:14:58

Assinado por 5S STENIUS CONSULTORIA ORGANIZACIONAL LTDA:19688356000198

Localizar pelo código: 109687685432563873725164311, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/p>

7. RECOMENDAÇÃO N.º 72, DE 19 DE AGOSTO DE 2020, DO CNJ

Com o intuito de uniformizar a padronização dos relatórios apresentados pelas Administrações Judiciais em processos de recuperação empresarial, o Conselho Nacional de Justiça editou a recomendação n.º 72/2020, destinada a orientar a atuação com as melhores práticas e voltadas para a observância aos princípios da transparência, zelando pela celeridade de maneira sempre proativa do procedimento recuperacional.

Assim, em atendimento a padronização dos relatórios apresentados pela Administração Judicial, mais precisamente do anexo II, adiante apresentamos as seguintes destacadas informações, em formato de questionário, a saber:

I. Houve alteração da atividade empresarial?

Resposta: A devedora não comunicou a alteração da atividade empresarial.

II. Houve alteração da estrutura societária e dos órgãos de administração?

Resposta: A devedora não comunicou a alteração da estrutura societária e dos órgãos de administração.

III. Houve abertura ou fechamento de estabelecimentos?

Resposta: A devedora não comunicou a abertura ou fechamento de estabelecimento.

IV. Houve recurso contra a decisão que concedeu a recuperação judicial?

Resposta: Sim. As informações correlatas a esse item se encontram destacadas no item 4. (CRONOGRAMA E PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL), do presente boletim.

V. O Plano de Recuperação Judicial foi homologado?

Resposta: O PRJ ainda não foi submetido a AGC ou, tampouco, a devedora apresentou forma alternativa de comprovação de adesão dos credores ao plano.

VI. Planilha de controle de pagamentos dos credores concursais (nome do credor / valor no edital / parcela / valor pago / saldo residual atualizado)?

Resposta: Considerando o atual estágio do processo de recuperação judicial, destaca-se que a devedora não submeteu o PRJ a apreciação dos credores na AGC.

VIII. A(s) devedora(s) é(são):

Resposta: () microempresa (ME)
 () empresa média
 () empresa grande
 () grupos de empresas
 (X) empresário individual

IX. Há litisconsorte ativo?

Resposta: Não

IX.I. Em caso positivo, identifique a qual devedor se refere o presente relatório.

Resposta: Não há.

IX.II. O Plano de Recuperação Judicial foi unitário ou individualizado?

Resposta: O PRJ apresentado pelo devedor foi unitário.

X. Houve realização de constatação prévia?

Resposta: Não.

XI. Houve a realização de leilão para venda de filial ou UPI na forma prevista no art. 60 da Lei 11.101/05?

Resposta: Não.

XII. Houve a alienação de bens na forma prevista no art. 66 da Lei 11.101/05?

Resposta: Não.

XIII. Houve a concessão de financiamento ao devedor aprovado pelo Juízo no curso da recuperação judicial?

Resposta: Não.

Registre-se que para atualizar as informações recomendadas pelo CNJ, foi providenciado o envio do 19º Termo de Diligência à devedora, o qual até o protocolo deste boletim não houve resposta, espalhe-se o referido documento:

STENIUS

ESPECIALISTA
EM RESULTADO

Goiânia/GO, 13 de outubro de 2025.

Ao Ilmo.

Sr. ANDERSON DE JESUS DA COSTA

Sócio administrador da empresa TRANSPORTADORA RODRIGUES LTDA

Caçu - Goiás

ASSUNTO: 19º TERMO DE DILIGÊNCIA

Prezados Senhores,

No exercício das atribuições como Administrador Judicial nomeado na decisão de evento 6 proferida nos autos nº 5595380-76.2024.8.09.0021, referente a Recuperação Judicial da empresa TRANSPORTADORA RODRIGUES LTDA, em trâmite na Vara Cível da Comarca de Caçu - GO e nos termos do artigo 22, inciso I, alínea "g", da Lei nº 11.101/2005, bem como prezando por assegurar a plena congruência e atendimento aos termos da Recomendação nº 72, de 19 de agosto de 2020, editada pelo Conselho Nacional de Justiça ("CNJ"), REQUEIRO as seguintes informações e respectiva documentação comprobatória atualizada que lastreie os dados fornecidos, a saber:

Av. Olinda, 960, Park Lozandes,
Trade Tower, Conj. 1704, Goiânia-GO | CEP 74884-120 | (62) 2020-2475
contato@stenius.com.br | www.stenius.com.br

(62) 99991-7379

stenius.go

(62) 99147-3559

stenius.go

1 de 4

STENIUS

ESPECIALISTA
EM RESULTADO

1. A descrição completa da estrutura societária (quadro social registrado perante o órgão competente) e do(s) órgão(s) de administração da(s) empresa(s) requerente(s) e que foi(ram) beneficiada(s) pelo deferimento do processamento da recuperação judicial;

2. A descrição pormenorizada da(s) atividade(s) empresarial(is) desenvolvida(s) pela(s) empresa(s) requerente(s) e que foi(ram) beneficiada(s) pelo deferimento do processamento da recuperação judicial;

3. A relação, caso existente, da abertura ou fechamento de estabelecimento(s) da(s) empresa(s) requerente(s) e que foi(ram) beneficiada(s) pelo deferimento do processamento da recuperação judicial;

4. O quadro total de funcionários ativos na(s) empresa(s) requerente(s) e que foi(ram) beneficiada(s) pelo deferimento do processamento da recuperação judicial, discriminando: (i) os colaboradores CLT; e (ii) os colaboradores PJ; e

5. A qualificação completa do(a) atual responsável técnico pela escrituração contábil, acompanhado da certidão de regularidade de seu respectivo conselho de classe, informando, também, se os trabalhos são desenvolvidos internamente ou externamente (própria ou terceirizada).

Cumpre-nos frisar, ressaltar e **advertir**, ainda, que o art. 64 da Lei nº 11.101/2005 cuidou de positivar que, durante o procedimento recuperacional, o devedor ou seus administradores serão mantidos na condução da atividade empresarial, sob fiscalização do Comitê, se houver, e do administrador judicial, salvo se qualquer deles:

I. Houver sido condenado em sentença penal transitada em julgado por crime cometido em recuperação judicial ou falência anteriores ou por crime contra o patrimônio, a economia popular ou a ordem econômica previstos na legislação vigente;

II. Houver indícios veementes de ter cometido crime previsto nesta Lei;

III. Houver agido com dolo, simulação ou fraude contra os interesses de seus credores;

Av. Olinda, 960, Park Lozandes,
Trade Tower, Conj. 1704, Goiânia-GO | CEP 74884-120 | (62) 2020-2475
contato@stenius.com.br | www.stenius.com.br

(62) 99991-7379

stenius.go

(62) 99147-3559

stenius.go

2 de 4

Av. Olinda, 960, Park Lozandes,
Trade Tower, Conj. 1704, Goiânia-GO | CEP 74884-120 | (62) 2020-2475
contato@stenius.com.br | www.stenius.com.br

(62) 99991-7379
(62) 99147-3559
stenius.go
stenius.go

26 de 33

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 31/12/2025 18:14:58
Assinado por 5S STENIUS CONSULTORIA ORGANIZACIONAL LTDA:19688356000198
Localizar pelo código: 109687685432563873725164311, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/p>

8. FATO RELEVANTE CORRELACIONADO AO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Garantindo a sistematização das informações de modo transparente e objetivo para consulta ao Juízo, Ministério Público e Credores, de modo a assegurar a ampla publicização da atual situação e do atendimento das disposições legais e cumprimento das determinações pela devedora, adiante destacamos os seguintes fatos relevantes correlacionados ao presente processo de recuperação judicial.

8.1. Do Acompanhamento das Determinações do Juízo

No intuito de colaborar e auxiliar esse Juízo na prestação jurisdicional, de forma a materializar os princípios processuais da celeridade, publicidade, eficiência e efetividade do procedimento recuperacional, permitindo, inclusive, que um amplo rol de agentes fique ciente das condições do devedor (CEREZETTI, Sheila. A Recuperação Judicial de Sociedades por ações, Malheiros, 2012, pp. 280/282), adiante passamos a relatar, pormenorizadamente, as condições e circunstâncias em que se encontram as providências determinadas nas respectivas decisões proferidas:

Conforme se extrai dos autos, no período correspondente a este Relatório Mensal, não foi prolatado nenhum *decisum* que demandam o acompanhamento dessa Administração Judicial.

8.2. Do Atraso nas Contas Demonstrativas

Conforme alhures destacado nos relatórios pretéritos, por intermédio do 1º Termo de Diligência encaminhado à devedora e primeiros contatos e reuniões realizadas, estabeleceu-se como dinâmica dos trabalhos a necessidade de que a devedora apresente: 1. O balanço patrimonial, balancetes mensais e demonstrações de

resultados; 2. Os indicadores apontados; 3. A planilha já disponibilizada, preenchida e atualizada, referente a dados contábeis requestados; e 4. Os relatórios de atividades mensais das empresas (prestações de contas – art. 52, inciso IV, da LRF), todos necessários a consubstanciar o exame e averiguação da preservação e manutenção das atividades empresariais.

Ocorre que, nos meses de maio, junho, julho e agosto de 2025, a devedora ficou-se inerte em fornecer os documentos padronizados no prazo estabelecido, o que motivou o envio dos seguintes Termos de Diligência: 14º (anexo ao 6º RMA), 15º (anexo ao 7º RMA), 16º (anexo ao 8º RMA), 19º (anexo ao 9º RMA) e o anexo ao 23º RMA anexo neste RMA, por intermédio do qual foi requerido a imediata apresentação dos dados no prazo de 24h (vinte e quatro horas), sob pena de imediata comunicação ao juízo para as providências cabíveis.

Outrossim, convém registrar que, até a conclusão deste boletim, a devedora não forneceu a sua prestação de contas mensal concernente as atividades desenvolvidas nos meses de abril a setembro de 2025, estando, desta forma, prejudicado os naturais e habituais estudos encartados neste boletim.



8.3. Das Pendências de Exame e Averiguações Pelo Juízo

Após o último *decisum* proferido por esse juízo, em 21 de junho de 2024 (movimentação n.º 06), foram jungidos aos autos os seguintes requerimentos, petitórios, ofícios e/ou demais atos que demandam exames e deliberações:

Data	Evento	Peticionante	Descrição
24/06/2024	11	TRANSPORTADORA RODRIGUES LTDA (“devedora”)	Junta substabelecimento em anexo
25/06/2024	12	Administração Judicial (“AJ”)	Aceite do encargo e requer expedição do termo de compromisso
28/06/2024	13	BANCO VOLKSWAGEN S.A.	Embargos de declaração contra decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial
01/07/2024	14	SCANIA BANCO S/A	Requer habilitação e credenciamento de advogado
01/07/2024	15	SCANIA BANCO S/A	Embargos de declaração contra decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial
09/07/2024	17	Administração Judicial (“AJ”)	Termo de compromisso juntado
29/07/2024	22	Administração Judicial (“AJ”)	Comprovação de publicação do 1º edital de recuperação judicial
26/08/2024	23	Administração Judicial (“AJ”)	Requer intimação da devedora para apresentar contas demonstrativas mensais
06/09/2024	25	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA	Requer habilitação e credenciamento de advogado
13/09/2024	31	MUNICÍPIO DE CAÇU	Comunica passivo fiscal municipal
24/09/2024	37	Ministério Público	Requer intimação dos credores para que se manifestem sobre PRJ apresentado
07/10/2024	39	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CAIXA	Objecção ao PRJ
11/10/2024	40	SCANIA BANCO S/A	Objecção ao PRJ
14/10/2024	41	BANCO VOLKSWAGEN S.A.	Objecção ao PRJ
20/11/2024	45	Administração Judicial (“AJ”)	Manifestação requerendo a publicação do edital de intimação dos credores para que tomem conhecimento da juntada aos autos do PRJ
27/11/2024	48		Ofício ao BANCO VOTORANTIM SA
28/02/2025	50		Reitera Ofício ao BANCO VOTORANTIM SA
21/03/2025	54	Administração Judicial (“AJ”)	Requer intimação da devedora para apresentar contas demonstrativas mensais

STENIUS

ESPECIALISTA
EM RESULTADO

27/03/2025	56	Administração Judicial ("AJ")	Comprovação de publicação do edital de recuperação judicial de recebimento do PRJ
15/04/2025	57	BANCO VOLKSWAGEN S.A.	Objecção ao PRJ
07/05/2025	62	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	Requer Procuração e substabelecimento
20/05/2025	64	Administração Judicial ("AJ")	Informa a falta de documentação mensal pela devedora
25/06/2025	67	BANCO VOLKSWAGEN S.A.	Informa o término do stay period e que perseguirá seu crédito pelas vias autônomas.
14/07/2025	74	Administração Judicial ("AJ")	Requer intimação da devedora para que manifeste primeiramente acerca da petição de mov. 67 e após novas vistas ao AJ
16/07/2025	75	Administração Judicial ("AJ")	Requer intimação da devedora para apresentar contas demonstrativas mensais
08/08/2025	79		Devolução de carta precatória
15/08/2025	81	Administração Judicial ("AJ")	Requer convocação da AGC
29/08/2025	85	Administração Judicial ("AJ")	Indica novas datas para realização da AGC
03/09/2025	86		Expedição de edital convocação AGC
05/09/2025	88	Administração Judicial ("AJ")	Requer nova expedição de edital tendo em vista erro material
09/09/2025	89		Nova expedição de edital convocação AGC
24/09/2025	93	Administração Judicial ("AJ")	Juntada da publicação do Edital
17/10/2025	99	Administração Judicial ("AJ")	Juntada da Ata da 1º convocação da Assembleia Geral de Credores
27/10/2025	100	Administração Judicial ("AJ")	Juntada da Ata da 2º convocação da Assembleia Geral de Credores
30/10/2025	101	Administração Judicial ("AJ")	Informa ausência de envio das informações contábeis
26/11/2025	102		Ofício Comunicatório AUTOS Nº 5908611 – 97.2024.8.09.0021
26/11/2025	105		Ofício Comunicatório AUTOS Nº 5910351 – 90.2024.8.09.0021

Valor: R\$ 100,00
PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO -> Processo de Conhecimento -> Procedimento de Conhecimento -> Procedimentos Especiais -> Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esp
CACU - VARA CÍVEL
Usuário: MARIANA MENDONÇA RIBEIRO - Data: 17/08/2026 10:52:56

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, o processo de recuperação judicial em referência encontra-se em fase de tramitação inicial, à luz da Lei n.º 11.101/2005, com as devidas publicações: (i) da decisão de deferimento (movimentação n.º 06); (ii) da primeira relação de credores e síntese processual (movimentação n.º 22); (iii) providenciada a publicação da 2ª Relação de Credores (movimentação n.º 34), tendo sido apresentado o Plano de Recuperação Judicial (movimentação n.º 35), a publicação do Edital com “Aviso Aos Credores Sobre Recebimento Do Plano De Recuperação Judicial” no DJe/GO, edição n.º 4161 – seção III, em 26 de março de 2025, com desencadeamento dos prazos, intimações dos credores, Fazendas Públicas e Ministério Público.

Nesse sentido, esta Administração Judicial cuidou de requerer a convocação da assembleia geral de credores, sugerindo as seguintes datas para realização do conclave, na modalidade virtual: 14 e 21/10/2025, em 1ª e 2ª convocação respectivamente.

O edital de convocação foi expedido na movimentação n.º 92, nas datas acima sugeridas.

Realizada em 1º e 2º convocação da AGC, restou aprovado pelos credores em 21/10/2025, a suspensão da Assembleia Geral de Credores para a data de 15 de dezembro de 2025.

Convém registrar que, até a conclusão deste boletim, a devedora não forneceu a sua prestação de contas mensal concernente as atividades desenvolvidas nos meses de abril a setembro de 2025, estando, desta forma, prejudicado os naturais e habituais estudos encartados neste boletim.

Noutra vertente, essa AJ mantém interação com a empresa **TRANSPORTADORA RODRIGUES** (*em recuperação judicial*) para o aperfeiçoamento da configuração e alinhamento da dinâmica dos trabalhos, cujo condão essencialmente consiste no auxílio para o regular processamento desta recuperação judicial, havendo

a necessidade de atendimento integral e tempestivo do fluxo de informações e envio de dados pela devedora para o correto e conclusivo desempenho das análises e aferições pertinentes à constatação da predita crise econômica que afirma enfrentar e do seu real estado econômico-financeiro.

Diante destas circunstâncias, requer-se:

- 1) A juntada deste relatório elaborado por este Administrador Judicial com base nos dados, documentos e informações até então fornecidos pela empresa **TRANSPORTADORA RODRIGUES LTDA**;
- 2) A intimação da devedora para que apresente as informações e documentos requestados por esta administração judicial por intermédio dos termos de diligência até então encaminhados e que ainda não foram atendidos, conforme pormenorizadamente relatados nos últimos RMA's apresentado;
- 2) A intimação do Ministério Público, Credores e Devedora e demais interessados.

Termos em que,
Pede deferimento.
Goiânia-GO, data da assinatura digital

CINCOS CONSULTORIA ORGANIZACIONAL LTDA
STENIUS LACERDA BASTOS
Administrador Judicial